



30 ANOS DE PROJETOS
**Abrir
portas na
cooperação com
Cabo Verde**

página 06



ESPAÇO ASSOCIADO
**Habitação,
inclusão e
sustentabilidade
em São Bento**

página 03



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 63 . dezembro/2025 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



MÓNICA OLIVEIRA ROCHA, PRESIDENTE DA COOPERATIVA BIOAZÓRICA

CONSTRUIR UMA TERCEIRA MAIS SUSTENTÁVEL

A Terceira vai integrar a rede internacional das Bio Regiões, com um projeto coletivo que aposta na agricultura biológica, economia circular e valorização dos recursos locais. A iniciativa pretende provocar uma “mudança profunda”. páginas 04 e 05



DÉCIO SANTOS
Secretário do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Ainda Mais Verde

Às portas do último mês do ano a cor verde intensifica-se um pouco por todo o lado ao redor das nossas ilhas, pois, como é sabido, dezembro é o mês do Natal e com ele as tradicionais ornamentações da referida cor. Neste ano, e conforme explicitaremos num dos pontos de interesse desta edição de “Olhar o Mundo Rural”, a Terceira está ainda mais verde, com a constituição da ilha enquanto “Bio Região” conforme nos falará e devidamente explicará a Mónica Oliveira Rocha, principal promotora da iniciativa.

E porque “Recordar é Viver” - também nome de uma célebre canção de Vitor Espadinha de 1980 - não iremos assim tão longe na nossa já habitual viagem pela ruralidade das ilhas Terceira e Graciosa e assuntos para elas relevantes, mas propomos aos nossos interessados leitores um recuo até ao ano 2019 para falar do projeto “Cultivar e Cooperar” - projeto de cooperação Leader - que levou o trabalho da GRATER e da sua congénere ADIRN até à ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, por meio do fantástico acolhimento e parceria da AGRORIG - Associação de Agricultores Agroindustriais da Ribeira Grande, sendo que o intercâmbio voltou a ter expressão no ano seguinte, em 2020, muitos poucos dias antes da pandemia por Covid-19, que viria a “mudar o mundo”. Não esquecemos a recetividade do seu líder António Carente, para quem aproveitamos para enviar um saudoso cumprimento.

Nesta edição falamos ainda da importância do “Parlamento Rural” e vamos conhecer projetos exemplares na ilha Graciosa e na Freguesia de São Bento, no concelho de Angra do Heroísmo.

Com a certeza que terminando todas as interessantes leituras que lhe iremos proporcionar nas demais linhas seguintes já estaremos quase no Natal e que uma nova agenda de 2026 estará prestes a abrir-se, resta-nos desejar a si e aos seus votos de Festas Felizes e um excelente ano 2026!

OPINIÃO

Há vida após o LEADER?



CARMEN TOSTE
Coordenadora da GRATER

Nos passados dias 21, 22 e 23 de outubro realizou-se em Inverurie, na Escócia, o 6º Parlamento Rural Europeu.

A primeira questão que suscita logo curiosidade é porquê naquele lugar? Foi a primeira vez que o Parlamento Rural Europeu foi sediado por um país não-membro da União Europeia. Primeiro para poder dar visibilidade internacional às comunidades rurais escocesas, que sim vão sobrevivendo mesmo sem os fundos europeus; e também porque a organização local Scottish Rural Action (SRA), em parceria com o governo escocês e o conselho de Aberdeenshire, apresentou uma proposta fortemente apoiada nas comunidades rurais e insulares da Escócia. A região escolhida combina múltiplos perfis de zona rural — litoral, interior, montanhas, ilhas próximas — oferecendo um “laboratório” e vitrine de muitos dos desafios e soluções que as zonas rurais europeias enfrentam; condição de excelência para se ligar ao tema desta edição “Rural Community Solutions to Global Challenges” (Comunidades rurais como solução para desafios globais).

Numa altura em que muito se questiona sobre o futuro do LEADER, foi enriquecedor conhecer aquelas comunidades, a sua resiliência e perceber como se pode dar continuidade a

um trabalho que já leva 30 anos de construção para que não se perca a ligação às pessoas e a noção do verdadeiro desenvolvimento local de proximidade.

Neste evento foi tomada uma posição: mais de 400 delegados provenientes de 43 países europeus subscreveram a DECLARAÇÃO DE INVERURIE.

Esta declaração é um apelo ao reconhecimento em definitivo destas parcerias, e não apenas a medidas pontuais ou burocráticas. Um apelo para que as vozes rurais sejam integradas nos processos de decisão — não como destinatárias, mas como protagonistas. Que se invista de forma justa, de longo prazo, em soluções locais, lideradas pelas comunidades. Que se promova o desenvolvimento inclusivo, intergeracional e comunitário, com espaço para jovens, mulheres, isolados ou remotos.

De tudo o que se ouviu, viu e sentiu, pode sim haver vida das comunidades após o LEADER, mas é necessário financiamento sem burocracia associada.

As comunidades rurais afirmam: “Nós temos as chaves das soluções que a Europa precisa. Somos capazes. Somos comunidades fortes. Geramos soluções essenciais para a vida em conjunto, no terreno.”



ESPAÇO ASSOCIADO

AS PRIORIDADES DA JUNTA DE FREGUESIA “São Bento somos todos nós”

São Bento quer conciliar modernização e identidade local, apostando em habitação acessível, inclusão social e sustentabilidade ambiental, com o apoio de parcerias estratégicas e fundos europeus.

Arnaldo Teixeira, recentemente eleito presidente da Junta de Freguesia, já acompanhava de perto a realidade de São Bento, como tesoureiro do anterior executivo.

Nos últimos anos, aponta, a freguesia tem-se afirmado como uma das mais dinâmicas do concelho de Angra do Heroísmo. Dá como exemplos “uma população crescente, uma vida social ativa e novos projetos de cooperação”.

O objetivo é mesmo conciliar a modernização com a preservação da identidade, identifica o autarca. “Do ponto de vista populacional, temos assistido a um crescimento moderado, fruto da fixação de novas famílias que procuram uma freguesia com qualidade de vida e, cumulativamente, proximidade ao centro urbano”, descreve.

“Socialmente, sentimos uma comunidade mais ativa e participativa com associações e instituições que desempenham um papel essencial na coesão social. Economicamente, o setor dos serviços tem ganho força, acompanhando a modernização da freguesia, e também temos visto uma valorização do pequeno comércio e do empreendedorismo local”, prossegue.

Arnaldo Teixeira identifica desafios “acrescidos” no campo da urbanização. “A pressão sobre o espaço público, a necessidade de infraestruturas modernas e a gestão do trânsito e do estacionamento são algumas das preocupações que temos vindo a acompanhar de perto. Procuramos, contudo, garantir que este crescimento não apague o espírito de proximidade que caracteriza São Bento”, afirma.

No percurso de São Bento, a GRATER também teve um contributo, realça. “A parceria com a



GRATER tem sido fundamental para o nosso desenvolvimento local. Em conjunto, conseguimos concretizar projetos ligados à requalificação de espaços públicos, à valorização do património e ao apoio às associações locais. Estamos também a desenvolver novas candidaturas que visam promover a sustentabilidade ambiental e a economia social, nomeadamente no âmbito da eficiência energética e da criação de espaços comunitários multifuncionais”, precisa. “Acreditamos que, através destas parcerias, conseguimos potenciar os recursos da freguesia e criar melhores condições para todos”, acrescenta Arnaldo Teixeira.

As pessoas

Como em qualquer outra freguesia, as respostas para os mais jovens são importantes. Arnaldo Teixeira identifica como prioridade investir em formação e oportunidades locais.

“Queremos criar condições para que os jovens possam desenvolver projetos inovadores, com apoio logístico e formativo da Junta. A criação de um espaço jovem multifuncional está nos nossos planos, precisamente com esse objetivo”, explica.

Também há atenção para com os mais velhos. “A prioridade passa pelo combate ao isolamento. Continuaremos a apostar em programas de apoio domiciliário, atividades culturais e de convívio que promovam o envelhecimento ativo. Em ambas as faixas etárias, o foco está na inclusão e na

participação cívica”, salienta.

Para as famílias que dão os primeiros passos, a habitação é essencial. “A Junta tem procurado colaborar com a Câmara Municipal no sentido de identificar soluções, que podem consistir na aquisição de terrenos e/ou de casas devolutas, para desenvolver projetos habitacionais. Acreditamos que é essencial promover políticas que garantam habitação acessível e digna, contribuindo para uma sociedade mais justa em oportunidades para todos”, vinca Arnaldo Teixeira.

Quando olha para a ilha Terceira como um todo, o presidente da Junta de Freguesia de São Bento encontra um “potencial enorme”, mas que pode ser mais explorado. “É uma ilha com história, património, conhecimento e pessoas muito qualificadas. No entanto, há desafios que persistem, como a necessidade de diversificar a economia e de atrair mais investimento privado, sendo que a freguesia de São Bento tem um potencial muito grande. Acreditamos que o futuro da ilha passa por uma estratégia integrada, que envolva todas as freguesias, valorizando o turismo sustentável, a agricultura inovadora e os serviços tecnológicos”, reflete.

A palavra de ordem em São Bento é continuar a melhorar. “Apesar dos avanços significativos, sentimos que ainda podemos fazer mais na área da mobilidade — nomeadamente na criação de percursos pedonais e cicláveis seguros — e também no reforço da

oferta cultural e desportiva. Outra prioridade é a sustentabilidade ambiental: queremos investir mais na eficiência energética dos edifícios públicos e na sensibilização da população para práticas pró-ambientais”, aponta.

Para esse caminho, a Junta de Freguesia tem afinado o acesso a fundos europeus. “Temos procurado aproveitar ao máximo as oportunidades de financiamento disponíveis. Os fundos europeus e os programas regionais têm sido essenciais para concretizar projetos estruturantes desde a requalificação de espaços públicos à modernização administrativa. Trabalhamos em articulação com a Câmara Municipal e com entidades como a GRATER e a DR-CPL (Direção Regional da Cooperação e Poder Local), de modo a garantir que cada investimento tem um impacto real na vida da comunidade. Além disso, estamos atentos às novas linhas de apoio do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e do próximo quadro comunitário, que podem trazer recursos adicionais para projetos de inclusão social e sustentabilidade”, avança.

O que move o executivo, realça Arnaldo Teixeira, é o sentido de missão e o compromisso com as pessoas. “São Bento é feita de gente trabalhadora e solidária e é essa força coletiva que nos inspira a continuar. A nossa maior motivação é ver resultados no terreno e sentir que estamos a fazer a diferença. Afinal, São Bento somos todos nós”, resume.

ENTREVISTA

MÓNICA OLIVEIRA ROCHA, PRESIDENTE DA COOPERATIVA BIOAZÓRICA

“Prosperidade económica e saúde ambiental não são objetivos incompatíveis”



A presidente da BioAzórica, entidade que lidera a Bio Região da Ilha Terceira 2026, explica este projeto coletivo, que pretende provocar uma “mudança profunda”.

A Bio Região da Ilha Terceira 2026 é um projeto coletivo que visa transformar a Terceira num território sustentável, promovendo agricultura biológica, economia circular e valorização dos recursos locais, com apoio de municípios, associações e empresas. Em concreto, como será operacionalizado o projeto?

A Bio Região da Ilha Terceira 2026 representa um compromisso a longo prazo para transformar a ilha num território mais sustentável, resiliente e saudável, traduzindo uma mudança profunda na forma como produzimos, consumimos, educamos e preservamos os nossos recursos naturais. O projeto nasce e cresce de uma colaboração entre municípios, empresas,

agricultores, escolas, instituições científicas, organizações da sociedade civil e cidadãos, assumindo uma governança partilhada, metas e resultados mensuráveis, sob o selo internacional da Inner, entidade que certifica todas as Bio Regiões do mundo. A Bio Região da Terceira será, em concreto, a 10ª Região de Portugal. No centro da estratégia de implementação estará a promoção da agricultura biológica, orientada para a preservação e proteção do solo, da biodiversidade e dos recursos naturais, reforçando o equilíbrio dos ecossistemas e realçando também a nossa cultura, tradições e inovação. Pretende-se valorizar as espécies autóctones, técnicas de produção limpas, integração

de cadeias curtas de produção e consumo, entre outros objetivos. A Bio Região pretende potenciar o acesso a alimentos de origem local e de valor acrescentado para quem cá vive e para quem nos visita. O nosso foco será também a literacia verde, informando e aproximando gerações. Esta certificação, sustentada num plano de ação anual, permite-nos conciliar a nossa imagem e identidade com o nosso capital agrícola e as necessidades de futuro. Gostaríamos, acima de tudo, de contribuir para uma economia mais forte e sustentável, baseada no princípio de que a prosperidade económica e a saúde ambiental não são objetivos incompatíveis.

Que mecanismos vão garantir que o compromisso da Bio Região da Terceira se traduza em políticas públicas efetivas?

O compromisso e a criação de um plano de ação anual, desen-

volvido em estreita colaboração com os diferentes parceiros locais — desde municípios e entidades públicas até associações, empresas, produtores, universidades e cidadãos — permitirá, em primeiro lugar, uma visão e levantamento de necessidades mais alargado, assente em diferentes perspetivas do presente. Por conseguinte, também nos permitirá avaliar as políticas e instrumentos em vigor e, sempre que possível, construir ou melhorar os mesmos. Esta representatividade alargada, união e complementaridade de saberes e competências, transversal aos setores, aos domínios de ação e até ao poder de execução, é, quanto a nós, o principal trunfo para a possibilidade de agirmos e influenciarmos as políticas públicas.

Como é que a Bio Região pode diferenciar a Terceira no mercado turístico?

O turismo, com todos os seus

desafios e potencial, acreditamos que será uma das áreas estratégicas de diferenciação da nossa ilha. A Bio Região da Terceira deve apostar numa ação em que o visitante não apenas observa, mas participa ativamente na sustentabilidade. Experiências em explorações agrícolas, visitas interpretativas a ecossistemas naturais, gastronomia baseada em produtos locais certificados e alojamentos com critérios e posturas mais sustentáveis farão parte de uma oferta integrada, promovendo a identidade do território e reforçando a sua competitividade no mercado regional e internacional. A natureza, a cultura e a autenticidade devem ser valorizadas como ativos económicos e como fatores de qualidade de vida. Esta vontade não é exclusiva da Bio Região; já existem vários projetos orientados para este fim, mas cremos que será sempre na união de esforços, de vontades e de trabalho efetivo que teremos vantagem, sucesso e mudança efetiva de consciência em torno do que de melhor temos.

Que papel terão escolas, associações e cidadãos na construção da Bio Região e como se pretende medir o envolvimento da comunidade?

Gostaríamos que todos os parceiros funcionassem como motores de participação, aprendizagem e ligação ao território. As escolas, integrando planos educativos anuais focados na literacia verde, garantirão que as novas gerações desenvolvem competências e consciência ambiental. As associações locais reforçarão esta dinâmica ao promover iniciativas de formação, apoio técnico e articulação entre agricultores, consumidores e outros agentes, estimulando cadeias curtas de valor e a criação de produtos com identidade territorial. Já os cidadãos participarão ativamente através de processos de governança colaborativa, nomeadamente no Conselho de Bio Região, onde municípios, empresas, universidades e comunidade definem metas comuns, avaliam resultados e ajustam estratégias. Mas julgo que, como qualquer estratégia e trabalho conjunto, terá de ter capacidade de comunicar, reinventar e adaptar-se a cada ano, adotando uma saudável postura de autocritica. Sem esta, não poderemos evoluir e atingir os ambiciosos objetivos da criação desta nossa Bio Região. Só assim garantiremos que a Terceira, em



2026 e nos anos seguintes, será um território mais saudável, resiliente, competitivo e sustentável — para quem cá vive e para quem nos visita.

Que pequenos passos identifica que podem ser tomados com vista a uma ilha mais sustentável?

A construção de uma Terceira mais sustentável começa com pequenas mudanças, simples, acessíveis e ao alcance de qualquer cidadão, mas que, quando assumidas de forma coletiva, produzem transformações profundas. Separar resíduos orgânicos para compostagem, por exemplo, permite reduzir significativamente a quantidade de lixo enviado para aterro e transformar matéria orgânica em fertilizante natural. Substituir produtos importados por alternativas locais fortalece a economia da ilha, diminui

o impacto ambiental associado ao transporte e reforça a ligação entre produtores e consumidores, promovendo cadeias curtas e maior confiança alimentar. A criação de hortas em escolas e casas particulares tem um efeito ainda mais abrangente. Além de promover a alimentação saudável e o contacto com a terra, gera literacia ambiental, estimula a consciência sobre a origem dos alimentos e fomenta hábitos de consumo mais responsáveis desde cedo. Reduzir o consumo de plásticos, a favor de um modelo económico mais circular, onde prolongar a vida útil dos bens é entendido como um ato de responsabilidade ambiental e também social. O combate ao desperdício alimentar é outro eixo crítico. Comprar apenas o necessário, privilegiar produtos frescos e locais, valorizar alimen-

tos menos padronizados são gestos simples que evitam a perda de toneladas de comida todos os anos. Quando restaurantes e alojamentos apostam em produtos biológicos da ilha, contribuem não só para reduzir o desperdício e a pegada ecológica, mas também para apoiar quem produz com respeito pela natureza e criar uma cadeia de valor que beneficia toda a comunidade. Estas ações podem parecer pequenas quando vistas isoladamente, mas ganham dimensão quando adotadas em conjunto. A mudança cultural que a Bio Região defende assenta precisamente nesta visão: quando mais pessoas fazem pouco, o resultado é relevante. É essa consciência partilhada, traduzida em atitudes quotidianas, que poderá fazer a diferença num contexto insular com todas as suas especificidades.

PROJETO "CULTIVAR & COOPERAR

Juntos com Cabo Verde na produção agrícola

Em janeiro de 2019, a GRATER, a ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte e a AGRORIG – Associação de Agricultores Agroindustriais da Ribeira Grande, em Santo Antão, Cabo Verde, reuniram-se pela primeira vez.

Dessa ligação nasceu o projeto "Cultivar & Cooperar", que promoveu a troca de saberes agrícolas e a procura de soluções para os desafios da sustentabilidade e das alterações climáticas.

Entre os objetivos estavam intercâmbios e ações de formação em áreas como pastagens, viticultura, agropecuária e gestão de resíduos, com enfoque na economia circular. Seguiu-se um encontro no Ribatejo, onde agricultores açorianos visitaram explorações de bovinicultura, suinicultura, horticultura e hidroponia.

Em outubro de 2019, na Terceira, realizou-se um workshop sobre pecuária biológica. "Nós temos vindo a deparar-nos com bastantes dificuldades com o atual modelo de agropecuária e a verdade é que a produção em modo bio-



lógico, nomeadamente de leite, pode ser bastante interessante para os Açores. Optar por esse caminho pode dar-nos alguma esperança", disse Anselmo Pires, presidente da Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira. Em março de 2020, produtores de Santo Antão visitaram a ilha, participando em formações e conhecendo explorações locais.

"Este tipo de protocolo é, para nós, de grande valia, porque nos dá a possibilidade de adquirirmos e de enriquecermos o nosso conhecimento através da troca de experiências e dos intercâmbios que têm sido feitos entre a GRATER e a AGRORIG", destacou António Carente Pires, presidente da AGRORIG.

Da cooperação emergiu também

a ideia de trocas comerciais: "Nós temos a carne e o leite, eles têm o grogue e a fruta tropical. É um caminho que temos de trabalhar. As portas estão abertas", disse Anselmo Pires.

As bases para um entendimento estavam lançadas, num projeto que representou um investimento elegível de 56.229,29 euros, suportado a 100%.



MUSEU DA VIDA RURAL

Uma viagem à Graciosa de antigamente

É a casa de um camponês remediado. Tem uma cozinha com forno de pão, uma amassaria, um talhão, mas também mesa, cadeiras, um escoreiro, um lavatório e outros utensílios domésticos. Tem o quarto de arrumos, dotado de um pequeno sótão, uma máquina de costura, um engenho e um barril. Há um quarto de entrada, com uma mesa central, cadeiras e um relógio. O quarto de cama do casal, mobilado com uma cómoda, duas mesas de cabeceira, uma arca e um oratório. Sobre este último há, ainda, um sótão, utilizado como local de dormir e de arrumos. No alpendre guardam-se o carro de bois e as alfaías agrícolas.

É uma viagem às atividades agrícolas e sociais da Graciosa do início do século XX. Para fazê-la há

que visitar a freguesia da Luz. É lá que se encontra este Museu da Vida Rural, inaugurado em maio de 2015 pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da ilha. Um projeto que contou com o apoio do PRORURAL, num investimento superior a 48 mil euros, correspondendo a uma despesa pública de 38.614,39 euros. No interior do palheiro, também recuperado, realizam-se exposições e palestras. Ao largo há uma estufa, onde se produz em modo biológico. Ideias que continuam a crescer.

"O projeto pretende dinamizar social, económica e culturalmente a ilha Graciosa: a partir de um dos seus espaços rurais, a freguesia da Luz, diversificar a oferta turística e oferecer um produto cultural de qualidade aos gracio-



senses, bem como aos que nos visitam, sendo nosso propósito criar outras valências que levem as pessoas a observar e a experimentar certas tarefas, nomeadamente educativas, culturais e recreativas", afirmou Jorge Cunha, presidente da associação.

O organismo, que existe desde 1993, foi criado pelos jovens da ilha. Pretendiam concretizar projetos nas áreas da educação ambiental, da música, dos intercâmbios nacionais e internacionais,

do teatro, da educação, da cultura e do desporto. O objetivo? Que a população da ilha ocupasse os seus tempos livres de forma útil e saudável.

Apesar de algumas dificuldades, relacionadas com a falta de meios humanos e de recursos materiais e financeiros, a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Ilha Graciosa mantém as portas abertas para a sua comunidade. O museu é uma expressão disso mesmo.

NOTÍCIAS

UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLADOS

Taxa de circularidade europeia sobe mas Portugal está longe do objetivo de 2030

Portugal regista apenas 3% de materiais reciclados no seu consumo total, muito abaixo da média europeia de 12,2%.

Em 2024, 12,2% dos materiais utilizados na União Europeia (UE) provinham de recursos reciclados.

Trata-se da maior percentagem registada até hoje, um aumento de 0,1 pontos percentuais face a 2023 e de 1,0 ponto percentual desde 2015.

A distribuição por Estados-membros é desigual. A Holanda lidera com 32,7%, seguida da Bélgica (22,7%) e de Itália (21,6%). Nos extremos mais baixos figuram a Roménia (1,3%), a Finlândia e a Irlanda (cada uma com 2%) e Portugal, com apenas 3%.

Estas diferenças resultam do equilíbrio entre os recursos novos extraídos do ambiente e os mate-



riais reinseridos na economia por via da reciclagem e de outras estratégias circulares.

Entre 2015 e 2024, 21 países da UE aumentaram a sua taxa de

circularidade. Malta (+14,0 p.p.), Estónia (+9,1 p.p.), República Checa (+7,9 p.p.), Eslováquia (+7,2 p.p.) e Holanda (+5,3 p.p.) registaram os maiores ganhos.

Seis países, porém, viram a taxa diminuir, com quedas notáveis na Polónia (-4,2 p.p.) e na Finlândia (-3,2 p.p.).

Por tipos de fluxos, a circularidade em 2024 foi mais elevada nos minérios metálicos (23,4%), seguida pelos minerais não metálicos (14,3%), pela biomassa (9,9%) e pelos combustíveis fósseis (3,8%), com variações pequenas face a 2023.

Portugal está muito abaixo da média europeia e ainda mais afastado da meta definida pela Comissão Europeia. O Plano de Ação para a Economia Circular, de 2020, definiu como objetivo duplicar a taxa de circularidade da UE até 2030, para 23,2%.

Em contexto insular, como os Açores, projetos como a Bio Região Terceira, abordado nesta edição, podem contribuir para aumentar a circularidade através de compostagem local, cadeias curtas alimentares e promoção de práticas agrícolas regenerativas.

ALERTA DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE

Alonso Miguel defende que COP30 não pode ser inconsequente

O secretário regional do Ambiente e Ação Climática, Alonso Miguel, que participou no mês passado na COP30, realizada no Brasil, defendeu que a conferência mundial não pode traduzir-se num “palco de intenções”, mas sim num espaço de decisões concretas.

“É fundamental que da COP resultem compromissos efetivos de financiamento climático, que contemplem as verbas necessárias e suficientes para assegurar a mitigação e adaptação aos impactos das alterações climáticas, especialmente nas regiões mais expostas e vulneráveis, como os Açores”, afirmou.

O governante sublinhou que os Açores são mais vítimas do que responsáveis pelas alterações cli-

máticas. “O contributo para as emissões globais de gases com efeito de estufa e para o aquecimento global é absolutamente residual, mas a magnitude potencial e efetiva dos impactos negativos das alterações climáticas sobre as nossas ilhas é muito elevada”, disse, alertando para riscos que podem comprometer a segurança das populações, a integridade das infraestruturas e a sustentabilidade de setores estratégicos como agricultura, pescas e turismo.

Entre as medidas já em curso, Alonso Miguel destacou o Programa Regional para as Alterações Climáticas, o Projeto LIFE IP Climaz, em execução até 2030, e o Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática. Este último regime foi criado em

2022 e ativado em 12 ocasiões, apoiando mais de 100 famílias e empresas, num investimento de meio milhão de euros. “Trata-se de um instrumento extraordinário de solidariedade para com quem, subitamente, viu a sua vida afetada por fenómenos meteorológicos extremos imprevisíveis”, sublinhou.

Questionado sobre os maiores riscos para o arquipélago, Alonso Miguel apontou os eventos meteorológicos extremos como ameaça imediata, mas alertou que, a longo prazo, a subida do nível do mar, a intrusão salina nos aquíferos e a acidificação do oceano poderão ter impactos mais graves.

O secretário regional lembrou ainda que o Governo Regional criou a maior rede de áreas marinhas

protegidas do Atlântico Norte. “A proteção dos oceanos é ação climática”, disse, reconhecendo que é necessário garantir mecanismos de compensação para pescadores. Para isso, já foram assegurados 10 milhões de euros através do Fundo Ambiental, apontou.

Alonso Miguel concluiu que da COP30 devem resultar decisões: “Se não forem alcançados acordos firmes, que façam verdadeiramente a diferença para acelerar a transição energética e ecológica, não será possível dar cumprimento ao Acordo de Paris. A COP30 não pode ser apenas um palco de intenções, tem de ser um verdadeiro centro de decisões para implementação de ações que respondam com urgência à crise climática”.

NOTÍCIAS

NA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Provedora defende fim do uso de animais de trabalho

A Provedora do Animal nos Açores, Dagmar Sampaio, defendeu a proibição do uso de cavalos e bois para funções de trabalho na Região. Dagmar Sampaio sustentou, numa audição na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Regional, que os animais são muitas vezes sujeitos a situações de “sofrimento”.

“Sejam cavalos para tração de carroças, sejam bois para a tração de alfaías, julgo que, se não tivermos a ousadia de as proibir, o tempo estará do nosso lado e se encarregará de fazer o que ainda não foram capazes”, disse, citada pela Agência Lusa.

Em análise estava um projeto de decreto legislativo regional pro-

posto por Pedro Neves, deputado do PAN (Pessoas-Animais-Natureza), que defende a “reconversão de veículos de tração animal”, como as charretes utilizadas em atividades recreativas e turísticas. A Provedora do Animal nos Açores também abordou a utilização destes animais em celebrações como as Festas do Divino Espírito Santo. “Não pretendemos, de forma alguma, que estas festividades, pelo seu cariz religioso, cultural e social importante para a população destes locais, acabem. Pelo contrário, deverão persistir, mas deverão ser encontradas alternativas que combatam todas as formas de sofrimento desnecessário infligido aos animais”, disse.



CURIOSIDADES do mundo rural

As lendas da Missa do Galo

A Missa do Galo, celebrada à meia-noite de 24 para 25 de dezembro, é um momento expressivo do Natal católico.

A origem deste ritual remonta ao século V, quando o Papa Sisto III instituiu em Roma a vigília noturna que assinala o nascimento de Cristo.

Contudo, a celebração está também ligada a lendas populares. Uma das histórias conta que, na noite do nascimento de Jesus, um galo cantou de forma distinta, anunciando ao mundo a chegada do Salvador.

Em Espanha, sobretudo em Toledo, existia o costume de cada agricultor sacrificar um galo antes da meia-noite. A ave era levada à igreja e oferecida aos pobres, num momento de partilha.

Também há uma narrativa popular, que fala de um pastor que,



na véspera de Natal, perdeu uma ovelha. Já de noite e desorientado, viu ao longe uma procissão de luzes que o guiou até à Missa do Galo.

São lendas transmitidas oralmente ao longo dos séculos, que moldaram o imaginário em torno desta celebração. O galo tornou-se símbolo de vigilância, esperança e revelação.